

CENTRO PREP OFICIAIS DA RESERVA DE SÃO PAULO

Termo de Referência 7/2026

Informações Básicas

Número do artefato UASG7/2026160487-CENTRO PREP OFICIAIS DA RESERVA DE SÃO PAULO

Editado porTHAYNA LAPA MARTINS

Atualizado em24/04/2026 10:34 (v 0.10)

StatusCONCLUIDO

Outras informações

CategoriaII - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo

Número da Contratação

Processo Administrativo64217.002034/2026-23

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1.O objeto da presente contratação é a aquisição de instrumentos musicais (material permanente e de consumo), conforme especificações detalhadas na tabela abaixo, visando atender às necessidades do Colégio Militar de São Paulo.

ITEM	CAT MAT	DESCRIÇÃO	ND	QUANTIDADE	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	468671	Saxofone alto em Mi bemol (Eb), nível intermediário /profissional. Corpo em latão amarelo de alta densidade, acabamento laqueado dourado. Chaves metálicas com madrepérolas, sapatilhas de couro com ressonadores metálicos de alta vedação. Deve possuir apoio de polegar ajustável, mecanismo de oitava funcional com acionamento suave e chaves de F# agudo e F frontal. Inclui estojo rígido térmico, boquilha padrão,	44.90.52	5	R\$ 12.284,37	R\$ 61.421,83

		abraçadeira metálica, palheta e kit de manutenção.				
2	442171	Flauta Piccolo (Flautim) em Dó (C). Corpo em resina ABS de alta densidade com acabamento fosco. Chaves em alpaca com banho de prata (níquel prateado). Mecanismo de Mi (E) mecânico incluído. Almofadas tradicionais de feltro, molas em aço inoxidável. Inclui estojo de transporte rígido e vareta de limpeza.	44.90.52	3	R\$ 9.168,53	R\$ 27.505,58
3	473291	Bombardino (Eufônio) em Si bemol (Bb). Material: metal amarelo (latão) com acabamento em laqueamento transparente. Altura aproximada de 664mm. Sistema de 4 pistões superiores de ação vertical, tubulação interna de calibre largo para projeção sonora. Inclui bocal compatível e estojo térmico rígido.	44.90.52	2	R\$ 22.521,66	R\$ 45.043,33
4	473288	Saxofone Tenor em Si bemol (Bb), nível intermediário. Corpo em latão, campana de dois pedaços com gravação artística. Botões das chaves em poliéster ou madrepérola. Chaves auxiliares: F frontal e F# agudo. Apoio de polegar (Thumb Hook) ajustável. Mecanismo de oitava com junta regular de alta precisão. Inclui boquilha padrão (referência 4C), abraçadeira e estojo luxo.	44.90.52	3	R\$ 12.909,33	R\$ 38.727,99
		Trompete em Si bemol				

5	442023	(Bb). Corpo em latão de alta resistência, acabamento laqueado dourado. Campana de projeção sonora média-larga. Pistões em aço inoxidável ou monel de ação suave. Afinação precisa com anéis de ajuste no 1º e 3º pompas. Inclui bocal 7C, estojo rígido e acessórios de limpeza.	44.90.52	2	R\$ 12.136,00	R\$ 24.272,00
6	486121	Flauta Pífaró em Dó (C). Construção em resina ABS em duas partes (bocal e corpo) com marcação de alinhamento. Bocal com embocadura similar à flauta transversal. Sistema de digitação soprano padrão. Comprimento total de 340mm e diâmetro do bocal de 22,7mm.	44.90.52	5	R\$ 84,70	R\$ 423,50
7	628858	Sousafone em Si bemol (Bb). Corpo em metal (latão) com acabamento laqueado, campana de grande projeção sonora (mínimo 26"). Válvulas (pistões) de acionamento superior suave. Estrutura reforçada e ergonômica para uso em bandas marciais (marcha). Inclui estojo térmico ou bag acolchoada de alta resistência e bocal.	44.90.52	2	R\$ 81.166,67	R\$ 162.333,33
8	468673	Clarinete em Si bemol (Bb). Corpo em resina ABS fosca com textura similar à madeira. Sistema de 17 chaves e 6 anéis com acabamento niquelado ou prateado anticorrosivo. Sapatilhas de alta vedação, afinação	44.90.52	2	R\$ 5.001,36	R\$ 10.002,73

		estável e apoio de polegar ajustável. Inclui boquilha, abraçadeira, cobre-boquilha e estojo rígido.				
9	265112	Pele para bumbo de 22 polegadas. Filme simples em Mylar de alta resistência, acabamento poroso. Espessura mínima de 10 mil. Proporciona sonoridade aberta com harmônicos controlados.	33.90.30	20	R\$ 394,77	R\$ 7.895,40
10	289109	Pandeiro de 8 polegadas. Corpo injetado em ABS natural ou madeira. Pele animal selecionada (couro). Possui 5 pares de platinelas em aço inoxidável. Acompanha chave de afinação e capa luxo acolchoada.	44.90.52	1	R\$ 174,54	R\$ 174,54
11	486286	Lira (Glockenspiel) de marcha com barras metálicas em alumínio especial afinadas. Extensão de 2 a 3 oitavas. Estrutura metálica resistente com suporte para fixação em talabarte. Inclui par de baquetas de nylon e suporte de sustentação.	44.90.52	4	R\$ 1.015,44	R\$ 4.061,75

12	289113	Reco-reco em alumínio polido de alta sonoridade. Sistema de 4 molas de alta tensão. Dimensões aproximadas: 28,5cm x 9,6cm x 5cm. Acompanha vareta metálica para execução.	44.90.52	2	R\$ 268,40	R\$ 536,79
13	467129	Carrilhão de 48 notas (sinos). Base em madeira maciça com espessura aproximada de 26mm. Sinos fabricados em alumínio de parede grossa, fixados com fios de nylon de alta durabilidade. Comprimento da base: 42cm.	44.90.52	2	R\$ 505,43	R\$ 1.010,86
14	466864	Pandeiro Meia Lua em plástico ABS de alto impacto. Possui 16 pares de platinelas cromadas em aço inox, dispostas em fileira dupla. Manopla ergonômica.	44.90.52	2	R\$ 59,40	R\$ 118,79
15	445361	Palheta para clarinete em Si bemol (Bb), força nº 2.0. Fabricada em cana natural (Arundo Donax). Caixa com 10 unidades.	33.90.30	2	R\$ 337,33	R\$ 674,67
16	486030	Bocal para trombone de calibre largo ou estreito. Contorno da borda semi-redondo, espessura standard e profundidade de copo média (padrão 6 1/2AL). Acabamento prateado de alta densidade.	33.90.30	4	R\$ 455,27	R\$ 1.821,07
17	486030	Bocal para trompete, tamanho 7C. Diâmetro da taça de 16,0mm. Fabricado em latão com banho de prata de alta qualidade.	33.90.30	4	R\$ 523,67	R\$ 2.094,67
		Bocal para tuba,				

18	486030	padrão de referência modelo 18. Diâmetro do copo de 32mm com copo médio fundo para sonoridade encorpada. Acabamento prateado.	33.90.30	2	R\$ 1.135,37	R\$ 2.270,74
19	293220	Estante para partitura portátil e dobrável. Estrutura em aço com pintura eletrostática, altura ajustável com travas firmes. Base tipo tripé estável. Inclui bag para transporte.	33.90.30	2	R\$ 336,66	R\$ 673,33
20	630142	Kit de capas (bags) acolchoadas para bateria, 7 peças. Material externo Nylon 600. Inclui capas para: Bumbo 22", Tons 12" e 13", Surdo 14"/16", Caixa 14", Pratos e Ferragens.	33.90.30	1	R\$ 809,61	R\$ 809,61
21	405827	Banco para bateria com encosto. Assento acolchoado redondo ou selim revestido em material sintético. Sistema de ajuste de altura pneumático, base com ferragem dupla cromada. Capacidade mínima de 120kg.	44.90.52	1	R\$ 704,09	R\$ 704,09
22	630650	Case rígido para caixa de bateria 14"x6,5". Estrutura em madeira /compensado revestido em laminado preto. Cantoneiras e fechos cromados, interno com espuma perfilada de alta densidade.	33.90.30	2	R\$ 557,67	R\$ 1.115,34
23	472001	Talabarte para percussão (Bumbo /Caixa). Confeccionado em nylon preto reforçado. Possui 2 ganchos metálicos tipo mosquetão.	33.90.30	8	R\$ 29,66	R\$ 237,31

		Comprimento ajustável de 85cm a 1,50m.				
24	605760	Suporte tipo tripé para trombone. Construído em metal com hastes emborrachadas para proteção do instrumento. Altura ajustável (84cm a 100cm), dobrável.	33.90.30	5	R\$ 91,12	R\$ 455,62
25	606346	Suporte universal para saxofone alto ou tenor. Base em aço com pino de travamento e pontos de contato revestidos em material macio (EVA/borracha).	33.90.30	5	R\$ 150,58	R\$ 752,90
26	600683	Kit completo contendo: swab (escova interna) de limpeza, lubrificante para cortiças (grease), óleo para chaves e flanela de microfibra.	33.90.30	4	R\$ 91,37	R\$ 365,47
27	606233	Kit completo contendo: óleo sintético para pistões (valve oil), lubrificante para bombas de afinação, escova flexível para canos, escova de bocal e flanela.	33.90.30	4	R\$ 94,35	R\$ 377,40
28	486098	Escaleta de 37 teclas, extensão de 3 oitavas. Acompanha bocal fixo, mangueira de extensão e case rígido ou bag de transporte.	33.90.30	4	R\$ 1.209,02	R\$ 4.836,07
29	445361	Palheta para clarinete em Si bemol (Bb), força nº 2.5. Cana natural com ponta fina e coluna vertebral sólida para vibração equilibrada. Caixa com 10 unidades.	33.90.30	10	R\$ 293,67	R\$ 2.936,67
30	445363	Palheta para clarinete em Si bemol (Bb), força nº 3.0. Material: cana natural. Espessura da ponta	33.90.30	10	R\$ 348,66	R\$ 3.486,63

		0,09mm e talão 2,8 mm. Caixa com 10 unidades.				
31	485355	Estante para caixa /tarol com ferragem dupla cromada. Tubo base de 25,4mm, cesto ajustável para caixas de 10" a 14", sistema de inclinação por catraca e memória lock.	33.90.30	8	R\$ 352,33	R\$ 2.818,67
32	467328	Correia em material sintético resistente para clarinete Bb/A. Ajuste deslizante, gancho metálico e almofada (pad) ergonômica para apoio do polegar.	33.90.30	10	R\$ 339,27	R\$ 3.392,73
33	465372	Óleo lubrificante de densidade média (20ml) para hastes e articulações de instrumentos de sopro. Com inibidor de corrosão.	33.90.30	10	R\$ 135,35	R\$ 1.353,46
34	465372	Óleo sintético para pistões (Valve Oil) de viscosidade regular (mínimo 38ml). Inodoro e de longa duração.	33.90.30	10	R\$ 159,29	R\$ 1.592,90
35	265596	Corneta longa em Si bemol (Bb). Corpo em latão com acabamento niquelado ou laqueado. Campana de aprox. 280mm. Sem válvulas, tubo longo contínuo para uso marcial. Inclui bocal e bag.	44.90.52	6	R\$ 1.468,57	R\$ 8.811,40

36	473279	Palheta para saxofone alto, força nº 2.0. Material: cana natural de alta qualidade. Caixa com 10 unidades.	33.90.30	5	R\$ 384,41	R\$ 1.922,03
37	458627	Palheta para saxofone tenor, força nº 2.0. Material: cana natural. Espessura da ponta 0,09mm. Caixa com 5 ou 10 unidades.	33.90.30	10	R\$ 314,27	R\$ 3.142,70
38	442156	Flauta transversal em Dó (C). Corpo metálico com banho de prata. Sistema Boehm, 16 chaves fechadas, mecanismo de Mi (E) mecânico e Sol (G) fora de linha. Inclui estojo e kit de limpeza.	44.90.52	2	R\$ 25.550,33	R\$ 51.100,67
39	486091	Contrabaixo elétrico de 4 cordas. Corpo em madeira sólida, braço em maple com tensor ajustável. Captação passiva ou ativa (tipo Jazz Bass ou Precision). Inclui cabo e chaves de ajuste.	44.90.52	1	R\$ 1.576,42	R\$ 1.576,42
40	632616	Sistema de sonorização portátil tipo PA ativo. Mixer integrado com entradas XLR/P10, Bluetooth, potência mínima de 200W RMS. Alimentação bivolt.	44.90.52	2	R\$ 14.145,29	R\$ 28.290,59
41	604252	Mesa de som analógica de no mínimo 20 canais. Múltiplas entradas XLR /P10, equalização de 3 bandas por canal,	44.90.52	1	R\$ 6.826,20	R\$ 6.826,20

		processador de efeitos digital e saídas balanceadas.				
42	328014	Sistema de microfone sem fio UHF diversificado. Cápsula dinâmica cardioide, transmissor de mão e receptor com saídas XLR e P10.	44.90.52	5	R\$ 1.180,37	R\$ 5.901,83
43	261615	Microfone dinâmico unidirecional cardioide com fio. Corpo em metal extra-resistente, resposta de frequência 40Hz-16kHz. Elevada rejeição de feedback.	44.90.52	5	R\$ 1.353,63	R\$ 6.768,17
44	322358	Cabo de áudio balanceado XLR macho para XLR fêmea, comprimento de 5 metros. Condutores em cobre OFHC de 0,30mm², blindagem eficiente.	33.90.30	10	R\$ 91,32	R\$ 913,17
45	322361	Cabo para instrumentos P10 para P10 mono, 3 metros. Condutor em cobre OFHC, plugues banhados a ouro ou niquelados com mola de proteção.	33.90.30	5	R\$ 92,33	R\$ 461,65
46	322358	Cabo de áudio desbalanceado XLR fêmea para P10 mono, 5 metros.	33.90.30	5	R\$ 79,52	R\$ 397,60

		Condutores em cobre OFHC com blindagem dupla.				
47	368172	Pilhas alcalinas tipo AA (pequena), 1.5V. Tecnologia de alta descarga, não recarregável. Pack /Embalagem com 24 unidades.	33.90.30	10	R\$ 136,24	R\$ 1.362,37
48	633950	Bumbo de marcha 22" x12". Corpo em madeira laminada, aros metálicos, canoas inteiriças para alta tensão. Inclui colete (carrier) ergonômico em alumínio e baquetas.	44.90.52	4	R\$ 1.330,67	R\$ 5.322,67
49	467137	Caixa de guerra (tarol) 14"x15cm. Corpo em madeira ou metal, acabamento branco. Sistema automático de esteira com 20 fios. Inclui colete (carrier) em alumínio.	44.90.52	4	R\$ 1.277,96	R\$ 5.111,8
50	385361	Caixa acústica ativa (monitor) de 2 vias. Alto-falante de 12" ou 15" e driver de titânio. Potência mínima 300W RMS, entradas XLR/P10, alimentação bivolt.	44.90.52	5	R\$ 3.132,22	R\$ 15.661,10

Valor Total				R\$ 559.876,23	

1.2. A licitação será realizada na modalidade Pregão, em sua forma eletrônica, sob o critério de julgamento de menor preço por item, observando-se as disposições da Lei nº 14.133/2021

1.3. O prazo de vigência da contratação será de **12 (doze) meses**, contados da emissão da nota de empenho..

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. A presente contratação será custeada por recursos provenientes de **Emenda Parlamentar**, não estando, portanto, vinculada ao Plano de Contratações Anual (PCA) originário, caracterizando-se como contratação extra-plano devidamente justificada pela disponibilidade orçamentária superveniente.

2.3. A Banda de Música do Corpo de Alunos do Colégio Militar de São Paulo necessita renovar e complementar seu acervo instrumental para garantir a execução adequada das atividades cívico-militares, pedagógicas e representativas da instituição. O inventário atual apresenta instrumentos desgastados pelo uso contínuo, equipamentos obsoletos sem possibilidade de manutenção econômica e quantidade insuficiente para atender ao efetivo de alunos músicos.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A solução consiste na aquisição de instrumentos musicais de sopro, percussão e acessórios de áudio para atender às necessidades pedagógicas e artísticas do Colégio Militar de São Paulo (CMSP). A solução foi planejada considerando o ciclo de vida completo do objeto, compreendendo as seguintes fases:

- **Padronização e Especificação:** Seleção de modelos com base em critérios de performance técnica, ergonomia e durabilidade, garantindo que o investimento público resulte em equipamentos capazes de suportar o uso intensivo em ambiente escolar e militar.
- **Fornecimento e Logística:** Entrega de itens novos, de primeiro uso, acompanhados de acessórios essenciais para funcionamento imediato, protegidos por embalagens adequadas ao transporte de materiais sensíveis.
- **Operação e Manutenção:** Garantia de suporte técnico e disponibilidade de peças de reposição por parte da contratada, visando a máxima disponibilidade dos instrumentos para as atividades da banda e corpo discente.
- **Descarte Sustentável:** Ao final de sua vida útil — estimada em longo prazo devido à natureza dos materiais — os itens deverão seguir as normas de desfazimento e alienação de bens móveis da Administração Pública, priorizando a reciclagem de componentes metálicos e eletrônicos.

3.2. **Especificação do Produto:** Todos os instrumentos deverão observar rigorosamente os parâmetros técnicos detalhados nos anexos deste Termo. A qualidade sonora (timbre, afinação e projeção) e a integridade mecânica (precisão de chaves, pistos e acabamento) são requisitos fundamentais para a aceitação do objeto.

3.3. **Critério de Equivalência e Dúvidas Técnicas:** Caso haja dúvida técnica quanto à equivalência do modelo ofertado em relação ao modelo de referência, a Administração poderá solicitar o envio de uma amostra (ou demonstração técnica) do item em até 05 (cinco) dias úteis. A amostra será avaliada por uma comissão técnica de músicos do CMSP, que emitirá parecer sobre a sonoridade, ergonomia e durabilidade do material.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, durante o fornecimento de bens devem ser atendidos os seguintes requisitos:

4.1.1 Preferenciar produtos e materiais

- a) Que projetem uma maior vida útil e menor custo de manutenção do bem;
- b) Que se utilizem de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;
- c) Que sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico e biodegradável;
- d) Que substituam, sempre que possível e sem dar causa a outros danos, as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
- e) Que sejam acondicionados para entrega em embalagens adequadas, com menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

4.1.2 Em relação aos funcionários:

- a) Orientar sobre cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho, zelando pela segurança e pela saúde dos funcionários, dos usuários e da circunvizinhança
- b) Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para execução de suas atividades;
- c) Adotar práticas de gestão que garantam os direitos trabalhistas e o atendimento às normas internas e de segurança e medicina do trabalho para seus empregados;
- d) Realizar programas internos de treinamento de seus empregados para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes.

4.1.3 Sempre que possível e aplicável, observar e respeitar:

- a) Os requisitos ambientais para obtenção de certificado do Instituto Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- b) As resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA que versem acerca das licitações sustentáveis e que versam sobre o destino e tratamento de resíduos sólidos;
- c) A Lei nº 6.938, de 1981, que trata da Política Nacional do Meio Ambiente, e respectivos regulamentos;
- d) A Lei nº 12.305, de 2010, que trata da Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- e) As Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

4.1.4 Conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços.

4.1.5 Priorizar o emprego de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local na execução dos serviços.

Indicação de marcas ou modelos : (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021)

4.2. Na presente contratação não será admitida a indicação de marcas.

4.3. Os produtos deverão possuir padrão de qualidade compatível com uso profissional ou estudantil avançado, devendo os licitantes comprovar, mediante a descrição em proposta e/ou catálogo, o pleno atendimento aos parâmetros técnicos de construção e performance estabelecidos neste Termo de Referência.

Da exigência de amostra

4.4. A Administração reserva-se o direito de exigir, do licitante classificado em primeiro lugar, a apresentação de **amostra ou catálogo técnico detalhado** do fabricante para comprovar que o produto atende às especificações de durabilidade e timbre exigidas.

Da exigência de carta de solidariedade

4.5. Considerando a natureza do material, não será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante em caso de fornecedor revendedor ou distribuidor.

Da Subcontratação

4.6. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Da Garantia da contratação

4.7. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

Da Vistoria

4.8. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de **30 (trinta) dias**, contados da emissão de Requisição, em remessa única.

5.2. O recebimento do objeto ocorrerá de acordo com o art. 140 da Lei nº 14.133/2021:

- a) Provisoriamente: para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação.
- b) Definitivamente: após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

5.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com **pelo menos (05) cinco dias de antecedência** para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.4. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: **Centro de Preparação de Oficiais da Reserva de São Paulo - R. Alfredo Pujol, 681 - Santana, São Paulo - SP - CEP 02017-011.**

5.5. Todos os itens devem estar em suas embalagens originais, lacradas, contendo manuais em português e certificados de garantia de fábrica. O recebimento dar-se-á em duas etapas:

- **Provisório:** No ato da entrega para verificação de volumes e integridade externa
- **Definitivo:** Em até 15 (quinze) dias úteis, após testes funcionais realizados pela Banda de Música para conferência da qualidade técnica e conformidade com as especificações deste TR.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.5. Os bens deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, contados do recebimento definitivo, sem prejuízo da garantia legal com assistência técnica no território nacional.

5.6. A licitante vencedora deverá garantir assistência técnica integral e reposição de peças por um período mínimo de 12 (doze) meses. Em caso de defeitos de fabricação ou vícios ocultos identificados durante o recebimento definitivo, a contratada deverá realizar a substituição do instrumento por um novo em até 20 (vinte) dias corridos, sem ônus adicional para a Administração Pública, incluindo todas as despesas de transporte (frete e seguro) e substituição integral do bem.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar **representante** da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado descumprir **obrigações acessórias** (atraso em documentos, relatórios, etc.) que não prejudiquem diretamente a entrega dos bens, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,5% (zero vírgula cinco por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **10 % (dez por cento)**.

7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por

descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **10% (dez por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **10% (dez por cento)** do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária [A1] , no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **20 (vinte)** dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **15 (quinze)** dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até **05 (cinco)** dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5. o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IPCA** de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

8.38. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.38.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.38.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.38.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.38.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.39. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.40. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

8.41. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice **IPCA**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.42. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.43. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.44. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.45. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.46. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.47. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório na modalidade **pregão eletrônico**, nos termos da Lei nº 14.133/2021, com critério de julgamento pelo **menor preço**, visando à escolha da proposta mais vantajosa para a Administração, conforme condições estabelecidas neste instrumento convocatório. A disputa será realizada em sessão pública, por meio de sistema eletrônico que promova a comunicação via internet, assegurando igualdade de condições entre os licitantes.

9.2. O fornecimento do objeto será **integral**.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

- 9.7. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.8. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- 9.9. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.10. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 9.11. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Disposições gerais sobre habilitação

9.21. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.22. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.23. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.24. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.25. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado da contratação é de **R\$559.876,23 (Quinhentos e cinquenta e nove mil e oitocentos e seis reais e vinte e três centavos)**.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência **não são classificadas como sigilosas**.

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

13.1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

13.1.1. O adjudicatário terá o prazo de **5 (cinco) dias**, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato (Nota de Empenho), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

13.1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

13.1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

13.1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133 /2021;

13.1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no no Aviso de Dispensa Eletrônica, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

13.2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

13.2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

13.3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

13.3.1. São obrigações do Contratante:

13.3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

13.3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

13.3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

13.3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

13.3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

13.3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

13.3.1.8 É de responsabilidade exclusiva da contratada o transporte, carga e descarga dos materiais, bem como o pagamento de todos os impostos, taxas e encargos sociais decorrentes da execução do objeto. No ato da entrega, deverá ser apresentada a respectiva Nota Fiscal, discriminando marca, modelo e número de série de cada instrumento para fins de tombamento patrimonial

13.3.2. A Administração **não** responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

13.4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

13.4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

13.4.1.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

13.4.1.2. Comunicar ao Contratante, **no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas** que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

13.4.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

13.4.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

13.4.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

13.4.1.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

13.4.1.6.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

13.4.1.6.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

13.4.1.6.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

13.4.1.6.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

13.4.1.6.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

13.4.2. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

13.4.3. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

13.4.4. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

13.4.5. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

13.4.6. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

13.5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

13.5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

13.5.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

13.5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.5.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.5.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

13.5.4.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.5.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.5.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.5.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.5.5.3. Indenizações e multas.

13.5.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.5.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

13.6. DOS CASOS OMISSOS

13.6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

13.7. ALTERAÇÕES

13.7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

13.7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

13.7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

13.7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.8. FORO

13.8.1. . Fica definido o Foro da Justiça Federal em **São Paulo/SP (Seção Judiciária de São Paulo)** para dirimir litígios, considerando o domicílio da Unidade Administrativa (CPOR/SP), conforme §1º do art. 92 da Lei nº 14.133 /2021.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o **Pregão Eletrônico** nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

São Paulo/SP..... de de 2026

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Aprovo

MARCELO FLORENTINO BORLINA

Autoridade competente

CASIMIRO DA COSTA VELOSO

Responsável pela contratação direta

BRUNA SOUZA SANTANA LOPES

Equipe de apoio

THAYNA LAPA MARTINS

